

A prática da Capoeira enquanto patrimônio cultural: Trajetórias afrodescendentes e multiculturais no Brasil

SILVA, Jorge Silveira ¹

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos ²

MILDER, Saul Eduardo Seiguer ³

Resumo: O presente artigo procura compreender a prática da Capoeira enquanto Patrimônio Cultural em seu sentido lato, ou seja, de bens culturais construídos socialmente por diferentes grupos sociais em momentos distintos, os quais possibilitam que essa manifestação espontânea seja dinâmica e esteja em constante processo de ressignificação. Esse bem cultural, a Capoeira, trilhou os caminhos mais árduos e difíceis da cultura brasileira inicialmente e latino-americana na seqüência, pois como prática cultural dos afrodescendentes – num primeiro momento – foi marginalizada, excluída e criminalizada pelas elites escravistas e setores envolvidos ao longo dos séculos XVI-XIX, o que se reverteu no século XX quando foi adquirindo status e relevância na cultura brasileira. No entanto, desde o momento que as primeiras práticas capoeiristas foram inseridas no Brasil ela foi permanente na construção da cultura brasileira, o que favoreceu ao reconhecimento, a preservação e a valorização e um lugar de destaque da Capoeira como expressiva e representativa das manifestações culturais do Brasil, abrangendo todo o território nacional e em países do exterior, particularmente no Cone Sul da América Latina. Uma característica significativa deste patrimônio é o fato de que se trata de uma manifestação em espaços públicos e plurais de sociabilidade: as praças, as calçadas, as ruas, os terreiros, a beira mar. Nesses espaços ocorreu e ocorre a sociabilidade desta manifestação de origem afrodescendente, mas que gradativamente foi incorporando outros traços culturais e contribuições de grupos diferenciados, entre eles os indígenas, os portugueses e os orientais, transformando assim a Capoeira em prática Multicultural.

Palavras-chaves: História e Cultura Afro-brasileira – Capoeira patrimônio cultural – trajetórias afrodescendentes no Brasil.

Resumen: En este artículo se busca entender la práctica de la capoeira como Patrimonio Cultural en su sentido más amplio, esto es, bienes culturales socialmente construidas por diferentes grupos sociales en distintos momentos, que permiten esta expresión espontánea es dinámico y está en constante proceso de redefinición. Este bien cultural, Capoeira, pisó los caminos más arduos y difíciles de la primera cultura brasileña y latinoamericana en la secuencia, porque la práctica como cultural de ascendencia africana - al principio - fue marginado, excluido y criminalizado por las élites

¹ Bacharel em Educação Física pela FAMES, Pós graduando em Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestrando no PPG Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural pela UFSM.

² Docente do Departamento de História e dos PPGs Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural e Mestrado Acadêmico em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e co-orientador do presente projeto.

³ Docente do Departamento de História e dos PPGs Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural e Mestrado Acadêmico em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP) e orientador do presente projeto.

esclavistas y sectores involucrados sobre los siglos XVI-XIX, que se revirtió en el siglo XX cuando fue obteniendo el estado y la importancia en la cultura brasileña. Sin embargo, desde el momento en que las prácticas de los primeros capoeiristas se insertaron en Brasil que estaba de pie en la construcción de la cultura brasileña, lo que favoreció el reconocimiento, la preservación y la apreciación, y una prominencia de Capoeira como expresiva y representativa de las manifestaciones culturales de Brasil, que cubre todo el territorio nacional de los países y en el extranjero, particularmente en el Cono Sur de América Latina. Una característica importante de este patrimonio es el hecho de que es una manifestación de los espacios públicos y plurales sociales: las plazas, las aceras, las calles, los metros, el mar. Ocurrió en estos espacios y la sociabilidad del evento se produce origen de ascendencia africana, pero fue incorporando progresivamente otros rasgos y contribuciones de los diferentes grupos culturales, incluidos los pueblos indígenas, portugueses y Oriental, transformando de este modo la práctica de Capoeira Multicultural.

Palabras clave: Historia y Cultura Afro -Brasileña - patrimonio cultural Capoeira - trayectorias afrodescendientes en Brasil.

1. Introdução

Este artigo se justifica devido à necessidade de pesquisar os diferentes grupos sociais que se relacionam com a Capoeira e/ou a praticam, tanto na educação formal quanto na informal, sendo que a maioria das pessoas relacionadas constroem e emitem opiniões, propõem ações, porém o que nos causa surpresa enquanto estudiosos do tema e praticante de Capoeira, tanto na educação formal quanto a informal, é que grande parte desses grupos banalizam o debate, muitas vezes por falta de conhecimento das trajetórias dos capoeiristas ao longo da História. Na verdade há lacunas no conhecimento da Capoeira, quer seja enquanto patrimônio cultural brasileiro quer seja enquanto esporte, lazer (jogo), luta, história e cultura.

Nesse sentido, nos propomos a rever a construção histórico-cultural que constitui o complexo acervo cultural do universo da capoeira, o qual se entrelaça com a história do Brasil, sendo outro elemento cultural de matriz africana simbolizada como força da liberdade onde, lutar por seus direitos possibilitou por meio de gestos expressarem a luta, dança ou arte a esperança de ser livre (OLIVEIRA, 2003; COSTA, 2010). Outro processo importante destaca-se a história oral como fonte da transmissão do conhecimento sendo a mesma passada de geração a geração. Partindo desta ótica nos desafia a pensar nos valores como experiência, hierarquia, ética, humanidade, cooperação, entre outros e assim forjando o processo educador e educando ajudando na

construção de seu eu, como parte do processo pedagógico da capoeira (BARROS, 2012).

Pensar a Capoeira enquanto Patrimônio Cultural em seu sentido lato, ou seja, os bens culturais construídos socialmente por diferentes grupos em momentos distintos, os quais possibilitaram que essa prática cultural e manifestação espontânea de determinados grupos sociais é dinâmico e está em constante processo de ressignificação. Dessa forma, a Capoeira enquanto patrimônio trilhou os caminhos mais árduos e difíceis da cultura brasileira, pois como prática cultural dos afrodescendentes – num primeiro momento – foi marginalizada, excluída e criminalizada pelas elites escravistas e setores envolvidos ao longo dos séculos XVI-XIX e mesmo depois da emancipação escrava o preconceito continuou, principalmente no início do século XX. Somente em meados do século XX que essa manifestação cultural foi adquirindo status e relevância na cultura brasileira. No entanto, desde o momento que as primeiras práticas capoeiristas foram inseridas no Brasil ela foi permanente na construção da nação e da cultura brasileira, o que favoreceu ao reconhecimento, a preservação e a valorização – princípios fundamentais do Patrimônio Cultural – e um lugar de destaque da Capoeira como expressiva e representativa das manifestações culturais do Brasil, abrangendo todo o território nacional e em países do exterior. Uma característica significativa deste patrimônio é o fato de que se trata de uma manifestação de espaço público, em espaços plurais de sociabilidade como as praças, as calçadas, as ruas, os terreiros, a beira mar. Nesses espaços ocorreu e ocorre a sociabilidade desta manifestação de origem afrodescendente, mas que gradativamente foi incorporando outros traços culturais e contribuições de grupos diferenciados, como os indígenas, os portugueses e os orientais, transformando assim a Capoeira em Multicultural.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216 define que: “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”, garantindo o aparato legal da Capoeira enquanto patrimônio cultural brasileiro.

Porém, a compreensão da importância da Capoeira para a cultura brasileira está para além do aparato legal garantido na Carta Magna do Brasil de 1988. Deve-se perceber, compreender este patrimônio cultural desde a sua formação e elaboração sociocultural ao longo dos últimos 500 anos quando milhares de africanos foram escravizados pelos traficantes lusos e ingleses nas costas do continente africano e trazidos à força para a América Portuguesa e posteriormente à América Espanhola. Nessa trajetória diferentes estilos foram elaborados, quais sejam: Capoeira Angola, Capoeira Regional Baiana e Capoeira Contemporânea.

Permeando esse diálogo sobre o sentido e valor real da Capoeira como patrimônio perante a atual realidade urbana, convém destacar que em 15 de julho de 2008 o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN) deliberou sobre os registros e tombamentos da Capoeira como patrimônio imaterial brasileiro. Dessa forma o presidente do IPHAN anunciou a inclusão do ofício dos mestres da capoeira no Livro dos Saberes, e da roda de capoeira no Livro das Formas de Expressão. Os mestres de Capoeira tiveram a sua habilidade de ensino reconhecida e em mais de 150 países tem ocorrido à implementação e divulgação dessa prática. Convém destacar que o inventário da capoeira foi produzido por uma equipe multidisciplinar de profissionais, em parceria com as Universidades Federais do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e a Fluminense, sob a supervisão do próprio IPHAN. As pesquisas foram realizadas no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, principais cidades portuárias apontadas como prováveis origens desta manifestação, e locais onde havia documentação a respeito. É o próprio IPHAN que reconhece a Capoeira em seu sentimento multidimensional e multicultural ao afirmar no Parecer 031/08 que: “Ela se caracteriza como fenômeno multifacetado e multidimensional: dança, luta ou jogo, dependendo do momento histórico, do contexto imediato, dos objetivos dos atores envolvidos.”

O IPHAN no Processo nº 01450.002863/2006-80, Parecer nº 031/08, que trata sobre o “Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil” considera que: “A capoeira tem, no entanto, a peculiaridade de estar presente em todos os estados do Brasil, e, a despeito das variações regionais, guardar uma considerável uniformidade de estilo, em cada uma de suas “modalidades”: capoeira angola, regional e contemporânea.” Nesse sentido, é importante recuperar a atuação dos capoeiristas e a formatação da Capoeira no Rio Grande do Sul, posto que, desde o século XVIII ocorre a

presença significativa dos africanos e afro-sul-rio-grandenses nas manifestações culturais e artísticas desde a antiga Capitania de São Pedro.

Todavia o nosso objeto de estudo e análise recai sobre a sua atuação em Santa Maria/RS, posto que se expressa enquanto projeto de pesquisa de dissertação do PPG Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nesse caso, a Capoeira tem sido parte da manifestação cultural e responsável pela difusão da mesma em outros municípios atuando em inúmeros locais entre eles, principalmente, nas escolas da rede pública e privada, ficando evidente a importância da problemática deste trabalho em nortear parâmetros para sugerir pontos de interferência nesta área específica.

Por fim, entendemos a Capoeira enquanto patrimônio cultural por ser um bem imaterial que possui valor próprio, considerado de interesse relevante por diferentes grupos sociais que reconhecem e defendem a sua permanência e seus vínculos com a identidade da cultura brasileira. Percorrer os fios de Ariadne que tecem a Capoeira é reconhecer, valorizar e preservar uma das nossas tantas heranças do passado que se fazem presente no nosso cotidiano, passado pela tradição oral de geração a geração, de pai pra filho.

2 A Capoeira como fonte do Patrimônio Histórica Cultural Brasileira

Juntamente com a história da África e do Brasil, a trajetória da capoeira foi marcada por grande dificuldade para ter a projeção atual. Primeiramente foi desenvolvida como jogo pelos escravos africanos, e instintivamente transformando-se em luta nas mãos e pés dos negros. Lembrando que o mais conhecido foi quilombo de Palmares localizado na Serra da Barriga, de Pernambuco até zona norte do rio São Francisco em Alagoas e seu Rei Zumbi. Estima-se que durou quase um século a vida foi próspera, e mais surpreendente foi à estimativa de que tiveram cerca de vinte mil pessoas em sua sociedade organizada. A capoeira deixava de ser notada como apenas uma dança ou jogo entre negros escravos e passa a ser vista pelos senhores como luta (OLIVEIRA, 2003; COSTA, 2010).

No Parecer 031/08 do IPHAN, assinado pela antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolfi, se remete às questões recentes da historiografia da Capoeira, o que nos permite perceber a historicidade da mesma no período da escravidão:

A historiografia, até este momento das pesquisas, no que se refere ao Rio de Janeiro, Salvador e Recife, define-a como fenômeno urbano, surgido provavelmente nas grandes cidades escravistas litorâneas, entre crioulos e africanos escravizados ligados às atividades “de ganho”, na zona portuária ou comercial. Importa ressaltar que, tanto no Rio como em Salvador, a capoeira surge na documentação histórica como prática associada à marginalidade social, porém amplamente imbricada na vida política da cidade e do país, na medida em que os capoeiras envolveram-se na capangagem eleitoral e na Guerra do Paraguai. Os capoeiras mantinham, assim, relações ambíguas com as camadas dominantes, fazendo muitas vezes seu “serviço sujo” quando necessário, e em outras ocasiões batendo-se abertamente contra os agentes da ordem. (ADINOLFI, 2008 p. 07)

Nesse diálogo com a produção historiográfica, Maria P. F. Adinolfi sinaliza para os possíveis paradoxos dos capoeiristas para além das senzalas, dos terreiros ou dos quilombos. Ainda de acordo com Oliveira (2003), em relação ao surgimento exato da Capoeira no Brasil é desconhecida, mas cita que provavelmente os responsáveis por sua manifestação e transmissão foram os negros africanos no Brasil. O autor ressalta sua indignação em retratar com tristeza as ações compridas no governo republicano de Deodoro da Fonseca (1889-1891), por ordem de Ruy Barbosa ministro da fazenda onde expressava que todos os documentos que continham qualquer traço referente à escravidão no Brasil, fossem queimadas, e assim, destruídas impedidas de serem pesquisadas ou ao menos, investigadas. No entanto, revisando este aspecto, na atualidade os historiadores têm demonstrado o quanto à ordem não foi cumprida e o grande número de documentos que estão à disposição dos pesquisadores, o que possibilitou a recuperação da história da Capoeira em diferentes locais do país.

Oliveira nos provoca a pensar e lança o desafio ao questionar que na África, em Angola, existiu a manifestação cultural chamada de “jogo de zebra”, onde os africanos lutavam despregando golpes de cabeceios e pontapés com o objetivo de derrotar seu oponente e suas motivações eram o direito de reproduzir com as meninas da tribo que ficavam moças sendo elas desta maneira o prêmio máximo do ritual.

Nestor (2002) nos convida a viajar nos meandros do navio negreiro, tentando de maneira surpreendente fazer com que o leitor transcenda o seu tempo e mergulhe no passado tentando sentir como deveria ser a realidade dos negros escravos, trazidos de

maneira covarde e desumana de sua terra seu lar, arrancado de sua vida natural e forçado a abandonar seus costumes e vida. Nessa viagem o autor reabre a discussão da origem da capoeira sendo ela africana ou brasileira apresentando sua interpretação sobre a construção da Capoeira no Brasil, o qual acompanhou o processo de *desterritorialização* e diáspora africana, quando os africanos foram escravizados vivendo em cativos no Brasil colônia, ao longo dos séculos XVI ao XIX. Nesse processo, os grupos étnicos africanos foram misturados, resultando nas trocas culturais entre eles, com premência dos africanos d'Angola, por já possuírem técnicas mais organizadas, mas isso não significa que apenas os angolanos conhecem a prática da Capoeira. Compreendemos que só nessa perspectiva é que podemos recuperar as origens da Capoeira no Brasil, que foi ressignificada no ambiente hostil da escravidão, com a mistura de diferentes danças, lutas, movimentos acrobáticos, músicas, saberes populares, teatro e linguagens. E assim, o autor nos relata como as misturas destas culturas contribuíram na existência da capoeira praticada nos dias atuais e enfoca a realidade de sua origem em solo brasileiro, durante o regime da escravidão, na região sul e nordeste no estado da Bahia em Salvador e no Recôncavo baiano durante o século XIX, destacando a capoeira de origem a na forma de expressão o estilo Angola.

Abib (2005) aborda a historicidade da capoeira no Brasil, retrocedendo e lembrando o período escravo, que somou quatrocentos anos manchando o solo brasileiro com tamanha violência e brutalidade na ânsia de alimentar e exaurir a ganância da elite rica que vivia para acumular riquezas. A expansão do pré-capitalismo e a formação do capitalismo proporcionou o acúmulo do lucro nas mãos de uma minoria rica e branca, que vivia da exploração de uma maioria de origem africana e muitas vezes indígena. Ao longo do século XIX, a construção do Estado Monárquico e Escravista Brasileiro (1822-1889), não rompeu com essas práticas, pelo contrário, a escravidão era a lógica do Estado, que servia para a acumulação de riquezas nas mãos das elites, enquanto a maioria dos trabalhadores, e principalmente os trabalhadores escravos eram explorados. Como o jogo da Capoeira era praticado pelas camadas subalternas da sociedade brasileira, ela era criminalizada e vista com preconceito e discriminação por parte das classes médias e das elites. Na verdade, as elites tinham uma visão pessimista e de desrespeito ao jogo da Capoeira, cujas ideias eram disseminadas no corpo social, resultando que muitos componentes das camadas populares também tinham preconceito com relação a esse jogo devido à repressão social das autoridades e ao jogo político das ideologias dominantes.

Menciona Nestor (2003), que no Brasil por volta de 1814, ocorreram perseguições aos capoeiristas e quaisquer expressões culturais negras ali vivenciadas para sua repressão. Mencionando que antes algumas manifestações culturais negras eram permitidas, e com tudo encorajadas funcionando como válvula de escape no regime da escravidão, por outro lado, ficavam claras as diferenças dos grupos africanos que ali estavam dividindo-os para reinar. A interpretação de Nestor remonta a instalação da Corte Portuguesa no Brasil, a partir de 1808, para demonstrar o quanto ela foi prejudicial ao jogo da Capoeira – livre, espontânea, popular – que deveria ser banida da cultura brasileira em detrimento da cultura erudita a ser seguida e de orientação europeia, tornando a vida dos afrodescendentes cativos ou não mais difíceis e aumentando as perseguições aos capoeiristas. Um exemplo de radicalização do governo português foi a nomeação para comandante da Guarda Real de Polícia, Miguel Nunes Vidigal em 1821, instituindo muitas sessões de torturas aos capoeiristas provedor do terror aos candomblés essa ações ficaram conhecidas como Ceia dos Camarões (VIEIRA, 2008).

Nesse mesmo período de 1821, os capoeiristas começam a ser perseguidos na cidade da Bahia e Rio de Janeiro, nesse momento histórico titulado capital do Brasil. O governo monárquico brasileiro (1824-1889) determinou através de leis no código penal, diversas portarias onde determina a proibição da prática da capoeira e como castigo execuções corporais em praças públicas (OLIVEIRA, 2003).

Sobre a ação governamental do imperador do Brasil, Nestor (2002) considera um período difícil, de perseguições com a criminalização dos capoeiristas, no que ele denominou de marginalização dessas práticas, principalmente na sede da corte, o Rio de Janeiro. Porém, essa exclusão cultural que se evidenciava através da perseguição dos capoeiristas e da difamação oficial do Estado Monárquico, agravada pela construção de uma imagem pervertida e negativa difundida pela imprensa nacional, imbuída de negar a Capoeira à Cultura Nacional, já que a mesma era herança dos africanos escravizados, cultuada pelas camadas pobres das cidades agia de forma eficaz na rejeição da mesma. Essa imagem foi divulgada nas demais províncias do Império, as quais não seguiam o modelo de rejeição a Capoeira e aos capoeiristas – vistos como agentes do crime, podendo serem perseguidos pelas polícias provinciais, como foi o caso do Rio Grande de São Pedro.

No período de 1800-1850, grupos de homens pobres de diferentes origens étnico-raciais protagonizaram as manifestações capoeiristas em diferentes lugares do

Brasil, portando navalhas e facas, temidos por todos, devido suas habilidades com esses objetos e conhecedores de movimentos golpes corporais de luta. Tendo em suas mãos a promessa da liberdade, mas sem objetivos e oportunidades pela sociedade e governantes os negros africanos tiveram que agrupar formando grupos quilombolas que fugiram da escravidão na cidade do Rio de Janeiro. Logo tiveram as respostas do governo, que por sua vez, empenhados e motivados a dispersar e capturar os capoeiristas infratores. As penas eram severas, trezentas chibatadas que muitas vezes eram mortais, os apenados foram forçados a trabalhar no dique em Ilha Grande, ou na estrada da Tijuca. Em 1850, chegada de imigrantes portugueses pobres e ricos, estrangeiros, políticos, policiais e militares são atraídos e absorvidos pela luta que a capoeira representa a libertação do corpo e da mente.

Sobre esse contexto Bregolato (2005) destaca a ação de negros capoeiristas inseridos a lutarem pelo Brasil na Guerra da Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai – contra o Paraguai – também conhecida como a Guerra do Paraguai (1865-1870) – fato que marcou a trajetória da Capoeira para o Brasil. Os negros escravos se esmeravam em suas lutas capoeiristas, pois a recompensa poderia ser a conquista da liberdade. Para esse fim, um expressivo número de afrodescendentes foram incorporados ao exército brasileiro, dos quais a maioria praticava a Capoeira, utilizada nos ataques corpo a corpo aos inimigos do Brasil, mas também nos momentos de trégua, eles tinham a permissão das autoridades militares para o jogo da Capoeira, a dança, as lembranças, os saberes populares, a religiosidade. Provavelmente, no *front* da guerra, quando os homens se encontravam ombro a ombro lutando pelo mesmo motivo, algumas autoridades militares – jovens tenentes oriundos das classes médias urbanas – sentiram-se atraídos, seduzidos pelo jogo da Capoeira, levando-os a percebê-la sem preconceitos. Convém destacar que, por conta da guerra iminente o exército brasileiro reuniu inúmeros negros capoeiras forjando batalhões, um amontoado de guerreiros negros acostumados a driblar as dificuldades impostas pelo império, que nesse momento os reclama de maneira hostil, sendo os mesmos arrancados a força das ruas da cidade do Rio de Janeiro na promessa da liberdade ao final do conflito. Por fim, a ação dos capoeiristas na guerra foi um marco para o início do fim da discriminação da prática capoeirista, que gradativamente foi sendo incorporada no âmbito da sociedade monárquica.

Os capoeiristas que conseguiram voltar com vida da guerra e viveram para relatar as suas lembranças, aumentavam lances heróicos aos acontecimentos,

notabilizando a Capoeira, que passou a ser vista com valor e habilidades admiradas nos momentos de avançar, tomar as trincheiras, quando não se usou apenas as armas do exército brasileiro, mas os golpes, a ginga, a malícia, a malandragem do capoeirista. Ainda esse autor nos adverte que, durante o processo de abolição da escravatura, no final do século XIX, foi organizado juntamente com a polícia do Rio de Janeiro um grupo de exímios capoeiristas, que tinham por missão proteger a princesa Isabel. Portanto, isso comprova que a Capoeira estava num discreto processo de emancipação cultural em nosso país (BRAGOLATO, 2005).

Esse movimento, a princípio, teve continuidade na instauração do regime político republicano no Brasil, em 1889, quando foi nomeado para Chefe da Polícia do Rio de Janeiro um capoeirista – oriundo de família tradicional rica, sensibilizado pelo jogo da Capoeira – pelo então presidente Deodoro da Fonseca. No entanto, em seguida, a Capoeira passou a sofrer restrições do Estado Brasileiro, pois no primeiro código penal republicano de 1891 ela foi criminalizada e os seus seguidores caçados, torturados e assassinados por serem capoeiristas (NESTOR, 2002). Assim se manteve até a década de 1930, quando a Capoeira foi perseguida em todo território nacional.

Nas análises de Vieira (2008) e Nestor (2002), as alterações à situação da Capoeira só passam ocorrer em 1937, após a instauração do Estado Novo no Brasil (1937-1945), que adotou por ideologia o nacionalismo como fonte do autoritarismo do governo Vargas. Dessa forma, o Estado procurava ressaltar, quando lhe convinha, os laços da população com o governo, utilizando as manifestações populares para controlar as pessoas, nesse caso, Vieira e Nestor interpretam que Vargas utilizava toda e qualquer manifestação de cunho popular – como a Capoeira – para ludibriar e controlar as populações, dando a ideia de inclusão cultural. Convém destacar que grupos ligados ao governo reinterpretavam ao sabor da ideologia do estado novista as manifestações culturais brasileiras e nesse caso, a Capoeira passou a ser vista como um patrimônio cultural brasileiro no seu sentido folclórico, ou seja, o exótico, como o grande bem da cultura imaterial transmitida pelos negros. A folclorização diz respeito à interpretação da Capoeira enquanto subcultura, ou seja, a dimensão do particularismo, como se a mesma fosse específica do negro, negando a participação de outros grupos humanos, cujo desdobramento era reconhecê-la como *sui generis*, além de evidenciar a forma de viver o cotidiano.

A partir destas ideias as populações negras adquiriram espaço e legitimidade ao Capoeirista assegurou seu lugar nas manifestações negras no Brasil. Convém destacar

que o foco da ideologia nacionalista do estado novista era o mito da democracia racial, pelo qual a cultura brasileira se construiu pela miscigenação sem conflito das três raças que formaram o país – índio, branco e negro – onde cada uma tinha um espaço reservado e um caráter genuíno na formação do cidadão brasileiro. No entanto, em nossa análise já demonstramos que a prática da Capoeira sempre ocorreu em meio aos conflitos, as lutas pela liberdade, a negação da escravidão, o que por si só já negava a ideologia apaziguadora do Estado Novo. A Capoeira adquiria um status através de uma tradição inventada ao sabor da ideologia “estadonovista” que seduzia e comprometia as pessoas a vê-la como uma força integrante e genuína da cultura nacional, ressaltando seus aspectos lúdicos, saudáveis, que permitiu a convivência dos diferentes grupos que formaram a sociedade brasileira. Dessa forma, entendemos que a Capoeira saia da criminalização tendo que pagar o alto preço da invenção, do preconceito, de uma incorporação à cultura nacional que não expressava a realidade e a riqueza da sua prática, nem a sua trajetória e historicidade.

Nesta fase, destaca-se a atuação de um afrodescendente nascido em Salvador no estado da Bahia, Manoel dos Reis Machado, Mestre Bimba. Suas ações inovadoras no desenvolvimento da capoeira num estilo diferente da sua criação começam a chamar a atenção da população em geral. Nesse momento, a bibliografia especializada em capoeira aponta para a importância do Mestre Bimba, construtor de profundas mudanças na concepção e prática da capoeira, principalmente a baiana: sendo ele o responsável pela criação e difusão da capoeira regional (VIEIRA, 2008).

Manuel dos Reis Machado, Mestre Bimba (1900-1974) também possuidor dos conhecimentos da capoeira angola, outra modalidade. Essa um estilo próprio com molejo lento, não menos agressivo também conhecido por muitos historiadores como capoeira matriz. Mas Bimba um lutador desde menino teve contato com outro estilo de luta africana chamada de batuque, transmitida a ele por Bentinho assim conhecido popularmente, capitão da Cia. Baiano navegador militar seu pai (NESTOR, 2002).

Ainda na obra do autor acima citado, Mestre Bimba foi um lutador exímio e temido por muitos sendo o mesmo jamais derrotado. Um arquivo vivo da malandragem e saberes da vida e como continuar com sua obra em meio a muitas barreiras. Mestre Bimba, por volta de 1930 abre sua academia de capoeira em Salvador, sendo o primeiro passo para uma nova geração, que talvez nem sonhasse com essa possibilidade. Mestre Bimba constrói um método próprio desenvolvendo novos golpes, música, toque de

berimbau, dando enfoque à capoeira regional no estilo de São Bento de Bimba. Um estilo de jogo rápido de golpes precisos e letais.

Sendo o Mestre da capoeira Regional, Mestre Bimba, desconstrói valores ultrapassados criando novos, dando-lhe um caráter inovador e de alto valor para sociedade que se formava em sua volta. Em sua academia Bimba só ensinava pessoas idôneas, passa a exigir carteira de estudante dos alunos ali matriculados, ou qualquer documento que comprovasse que os mesmo estavam trabalhando, portanto, concatenado com os princípios do Estado Novo, onde a Capoeira podia contribuir na formação do cidadão: mente sã, corpo são. Assim o seu método procurava retirar a imagem deixada no período em que a Capoeira foi vista como marginalizada pela sociedade que ainda existia por alguns de que todos os capoeiristas seriam pessoas desocupadas, por outro lado, as classes mais favorecidas o procuravam na esperança de matricular-se marcando outra transformação em que Bimba ensina a capoeira para pessoas de muitas etnias (CAMPOS, 2001).

Ainda Nestor a respeito desta:

Com a academia de Bimba começa uma nova época: a capoeira vai atrair a classe média e a burguesia de Salvador. Antes disto, a capoeira (na Bahia) era praticada exclusivamente pelos africanos e seus descendentes, ou seja: as classes economicamente pobres. (NESTOR, 2002 p. 52)

Bimba desenvolveu métodos de ensino baseados em oito sequências predeterminadas de golpes e esquivas todas realizadas em duplas. Criou a cintura desprezada, uma forma de arremessar o colega para cima na tentativa do mesmo sempre cair em pé. Também manteve contato com novas artes de lutas vindas de muitas partes do mundo como batuque, greco-romanas, o boxe e o jiu-jítsu entre 1930 a 1937. Mestre Bimba por conta de aumentar a capoeira como luta, perdera no sentido de brincadeiras e ritual e um pouco da matriz africana em prol da objetividade (VIEIRA, 1998).

Entre tantos momentos marcantes para a Capoeira, um deles ficou na memória de muitos. Em 1953, Mestre Bimba realizou uma apresentação no Palácio do Governo da Bahia, na presença do Presidente Getúlio Vargas, que após assistir a mesma declarou: “A capoeira é o único esporte verdadeiramente nacional” (NESTOR, 2002).

3. A Capoeira no Rio Grande do Sul e em Santa Maria

Dorneles, (2011) propõe que: por meados de 1970, nas camadas abastadas o autor cita quatro nomes sendo ele os responsáveis por difundir a capoeira em solo gaúcho: o Mestre Vadinho natural da Bahia, Mestre Índio, natural da Bahia, Mestre Cal natural do Rio de Janeiro e Mestre Monsueto natural do Rio de Janeiro.

No entanto quando nos referimos na questão da capoeira em Santa Maria, Goes (2011), recupera a trajetória desta prática, comentando que:

A década de 1980, na qual a capoeira se insere na cidade, é caracterizada por um grande aumento populacional, impulsionada pela criação da Universidade Federal de Santa Maria em 1961, primeira universidade pública no Brasil com sede no interior do estado e também pela criação da Base Aérea em 1970. (GOES, 2011 p.31)

A autora propõe por assim dizer, um panorama da inserção da capoeira em Santa Maria /RS, por conta do aumento da população pelos universitários e respectivos cursos oferecidos propiciando a troca cultural na localidade Santa Maria. De 1980 a 1990, a prática da Capoeira na cidade esteve presente nas academias particulares e no âmbito social atuaram em escolas públicas e privadas, projetos que focavam o resgate das comunidades mais carentes da cidade de Santa Maria. E outros locais como:

Encontramos essa prática em academias, escolas públicas e privadas, instituição de ensino superior, instituições militares, centros comunitários, museu, presídios, orfanato, creches, centros culturais e desportivos, entre outros, estando presente em todas as áreas de cidade. (GOES, 2011 p33)

A Capoeira que estava sendo desenvolvida em Santa Maria influenciou a expansão da modalidade a outras cidades próximas, destacando que na pesquisa evidenciou um perfil padrão de praticantes, sendo os capoeiristas naturais de Santa Maria e os que não são da cidade, mas, por sua vez, acabou inserida a cidade. Por meio do empenho dos praticantes de capoeira, a sua modalidade tornava-se presente na sociedade Santa-Mariense. Goes (2011) concluiu que os responsáveis pela inserção da capoeira em Santa Maria foram o Grupo Oxóssi de Mestre Biriba e Grupo Mozenza na década de 1980.

A questão do Multiculturalismo na Capoeira

Sendo o nosso foco a Capoeira como prática multiculturalista, cabem aqui algumas reflexões sobre o Multiculturalismo para que possamos perceber o nosso objeto como tal. Inicialmente a sua relação com a cultura, a qual vem do verbo *colere*, de origem latina, que significa cuidar, tratar, venerar, cultivar. O conceito foi utilizado inicialmente na tradição clássica romana para designar as atividades agrícolas. Com o tempo o conceito foi adquirindo várias acepções e no final do século XIX Edward Burnett Tylor (1832-1917) na obra “Primitive Culture” de 1871 definiu cultura como: “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Tylor estava filiado à teoria do evolucionismo social, ou seja, a defesa que as sociedades de uma maneira geral tiveram início num estado primitivo e gradualmente tornaram-se mais civilizadas com o passar do tempo. Por esse pensamento, o primitivo é associado com comportamento animalístico, selvagem; enquanto somente a civilização – caminho natural da humanidade – está associada com a cultura ocidental do século XIX. Essa foi a primeira interpretação de evolução cultural e por essa acepção a cultura humana é entendida como única, já que os diferentes povos sofreriam convergência de suas práticas culturais ao longo de seu desenvolvimento.

A interpretação de cultura defendida por Tylor foi acrescentada as idéias de Ralph Linton, que em 1936 passou a defender o culturalismo, uma descrição da sociedade sob a perspectiva combinada da antropologia e da psicanálise, que procura dar conta da integração social. Os culturalistas destacam a influência preponderante da cultura na personalidade individual. Linton defendia que a “cultura consiste na soma total de idéias, reações emocionais condicionadas a padrões de comportamento habitual que seus membros adquiririam por meio da instrução ou imitação e de que todos, em maior ou menor grau, participam”.

Somente em 1938 as interpretações de Tylor e Linton começaram a ser revisadas, quando Franz Boas sinalizava que cada cultura é uma unidade integrada, fruto de um desenvolvimento histórico peculiar e particular de cada grupo social, defendendo a ideia de que a cultura é: “a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social”. Dessa forma ele criticava os determinismos biológicos e geográficos e ao

evolucionismo cultural, compreendendo que a dinâmica da cultura estava na interação entre os seres humanos e o seu grupo social. Para ele não existia a cultura, mas as culturas, no plural, compreendida tão somente pelo particularismo histórico - onde cada cultura tem sua própria trajetória histórica, comprovando assim que todas as culturas são dinâmicas, sofrem mudanças ao longo do tempo. Cabia ao antropólogo compreender os processos adjacentes aos fenômenos dessas culturas particulares, e qual sentido que os diferentes seres humanos atribuem às suas práticas culturais.

A interpretação sobre as culturas formulada por Boas não estabelecia leis gerais – como pensavam os evolucionistas –, historiografias da origem – como defendiam os difusionistas – ou listas de objetos com funções correlatas – como pretendiam os funcionalistas. Enquanto os funcionalistas vêem a cultura como algo limitado pelo biológico e pelo ambiente, Boas embora reconhecendo essa limitação, sugere que a cultura pode, por vezes, ultrapassá-las. Uma forma de expor sua tese foi afirmar que havia fenômenos similares que poderiam ter se originado por caminhos diversos, e que o mesmo fenômeno tem sentidos variados em cada cultura. Antes de se fazerem suposições, era dever investigar a fundo as causas dos fenômenos, utilizando-se da investigação histórica. A trajetória de refutações construída por Franz Boas remete a 1911 quando editou pela primeira vez “A Mente do Homem Primitivo”, que adquiriu reconhecimento em 1938. Somam-se a essas reflexões “Arte Primitiva” de 1927, “Raça, Linguagem e Cultura” de 1940, entre outras.

Ao longo do século XX outros importantes pensadores formularam interpretações sobre cultura entre eles Malinowski, Herkovits, Leslie White, Claude Lévi-Straus, Clifford Geertz, entre outros. Esses pensadores ao fomentarem o debate sobre cultura demonstraram o quando o conceito é polissêmico e construíram a consolidação da Antropologia, a ciência que entende a cultura como o totalidade de padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano. Cada vez mais confirmou-se a tese de que a cultura é uma construção social que usa da abstração, ou seja, os elementos culturais são construídos, existem e persistem na mente dos seres humanos, em seus símbolos tais como padrões artísticos e mitos. A abstração está acompanhada da cultura material (por analogia a cultura simbólica) quando do estudo de produtos culturais concretos (obras de arte, escritos, ferramentas, etc.). Essa forma de

cultura (material) é preservada no tempo com mais facilidade, uma vez que a cultura simbólica é extremamente frágil.

Mas, à medida que compreendemos o universo simbólico de um grupo social, população, sociedade ou povo, compreendemos as suas particularidades, expressas na diversidade cultural, ou seja, as diferenças culturais que existem entre os seres humanos. Há vários tipos, tais como: a linguagem, danças, vestuário e outras tradições construídas na organização de cada sociedade. A diversidade cultural está associada à dinâmica do processo associativo. Pessoas que por algumas razões decidem pautar suas vidas por normas pré-estabelecidas tendem a esquecer suas próprias idiossincrasias (mistura de Culturas), formatando as trocas culturais. Isso porque a cultura insere o indivíduo num meio social. O termo diversidade está concernente à variedade e convivência de idéias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou lugar.

Assim, gradativamente as culturas ou a diversidade cultural vai se expressando através de uma teia de práticas e ações sociais que seguem padrões construídos ao longo do tempo e espaços. Cada vez mais a cultura passa a ser interpretada a partir das crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e “preenchem” a sociedade. Dessa forma, as culturas explicam e dão sentido as identidades próprias de cada um e a identidade peculiar de um grupo humano em um território e num determinado período.

Pode-se associar a ideia de diversidade aos conceitos de pluralidade e multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade. E, muitas vezes, também, pode ser encontrada na comunhão de contrários, na intersecção de diferenças, ou ainda, na tolerância mútua. Não é tarefa fácil explicar e entender a diversidade cultural, mas a compreensão de diferentes práticas culturais, costumes, línguas e dialetos falados numa mesma região ou localidade ou no mundo comprovam o que vem a ser a diversidade, uma sociedade plural.

Ao interpretarmos o sentido das culturas, das diversidades culturais e suas pluralidades, remetemos as práticas multiculturais, ou pluralismo cultural, termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade, cidade ou país, com uma provável predominante – a cultura regional ou a cultura nacional, por exemplo, a cultura

brasileira (a totalidade que engloba as diversas partes). No Brasil encontramos diversas culturas misturadas e amalgamadas sem a intervenção do Estado, onde ocorreram trocas culturais ao longo da formação do povo brasileiro, com diversas contribuições de grupos étnicos.

Alguns governos têm desenvolvido políticas públicas no sentido de reconhecimento do multiculturalismo, sempre por pressões sociais. Assim a política multiculturalista visa resistir à homogeneidade cultural, principalmente quando esta é considerada única e legítima, submetendo outras culturas a particularismos e dependência. Sociedades pluriculturais coexistiram em todas as épocas. O multiculturalismo está vinculado ao reconhecimento da diferença e da diversidade étnica e cultural de uma localidade, comunidade, sociedade ou nação, no entanto, às vezes a diversidade cultural e étnica muitas vezes é interpretada como uma ameaça para a identidade da nação. O reconhecimento do multiculturalismo de uma comunidade pode ser fator de enriquecimento, abertura de novas e diversas possibilidades e construção de uma auto-estima positiva, como compreendem o sociólogo Michel Wieviorka e o historiador Serge Gruzinski, ao demonstrarem que o hibridismo e a maleabilidade das culturas são fatores positivos de inovação e facilitadores dos intercâmbios e diálogos interétnicos e culturais.

Por fim, Charles Taylor, ao organizar “Multiculturalismo, Diferença e Democracia”, acredita que toda a política identitária não deveria ultrapassar a liberdade individual. Indivíduos, no seu entender, são únicos e não poderiam ser categorizados. Para ele, o reconhecimento do multiculturalismo é saudável à democracia, vista como a única alternativa não política para alcançar o reconhecimento do outro, ou seja, da diversidade. Estas questões relativas ao multiculturalismo são imprescindíveis a compreensão da Capoeira na atualidade, suas trajetórias, heranças, ancestralidades que compõem a história e as memórias desse grande evento. Assim nossa contribuição foi no sentido de corroborar com a tese do IPHAN, de 2008, quando afirma que devemos perceber a Capoeira em seu sentimento multidimensional e multicultural, posto que ela “se caracteriza como fenômeno multifacetado e multidimensional: dança, luta ou jogo, dependendo do momento histórico, do contexto imediato, dos objetivos dos atores envolvidos.”

Considerações finais

Em síntese, a importância desta pesquisa reside no fato de se recuperar as trajetórias afrodescendentes no Brasil, particularmente na cidade de Santa Maria, buscando as contribuições e heranças dos negros em nossa cultura. As práticas culturais capoeiristas não só representam um patrimônio cultural brasileiro, mas servem à construção da nação e da região, articulando as partes – o regional – ao todo – o nacional. Essas práticas se constituem no acervo da cultura espontânea, apresentando-se enquanto manifestação de espaço público, em espaços plurais de sociabilidade como as praças, as calçadas, as ruas, os terreiros, a beira mar. Esses são os espaços privilegiados da tradição oral, da transmissão pela oralidade dos vestígios culturais da Capoeira, ligando aspectos do passado histórico revitalizados no tempo presente. Ao longo desse processo ocorreram às trocas culturais entre os africanos, afrodescendentes, indígenas, portugueses e orientais tornando a Capoeira numa prática Multicultural.

Porém nesta construção da Capoeira enquanto patrimônio cultural brasileiro percebemos as evidências de outros momentos, como a ação dos agentes do Estado Novo (1937-1945) – o qual nos referimos e focamos nesta comunicação – os quais passaram a defendê-la como manifestação cultural como acervo do patrimônio nacional, enquanto civismo e patriotismo. Na década de 1970, quando a Capoeira foi inserida no município de Santa Maria-RS, não havia se livrado deste estigma de ideologia “estadonovista” – se é que já se livrou? Também não se pode ignorar que o reconhecimento e a expansão de 1970 ocorreu em pleno regime civil-militar do Estado brasileiro, portanto vinculado à ordem ditatorial defendida por governos autoritários.

Assim, neste começo de pesquisa procuramos referenciar a Capoeira brasileira enquanto expressão da cultura corporal em suas várias inflexões, entre elas o seu universo dinâmico que a cria e a envolve, uma modalidade de esporte popular, maneira de transferência de saberes e métodos de aprendizagem em uma abordagem empírica, onde prevalece à experiência passada pela tradição oral às diferentes gerações. Dessa forma é obrigação do pesquisador reconstruir a trajetória dessa prática cultural a partir de seus elementos materiais e imateriais que a projetaram através dos séculos até a atualidade, quando a Capoeira é reconhecida como patrimônio da cultura imaterial do Brasil, em 2008.

Neste sentido, é extremamente importante recuperar as evidências históricas da Capoeira enquanto práticas multiculturais, que se mantêm vivas tanto na memória coletiva quanto na individual de seus agentes sociais com tudo nortear os valores relevantes ao real valor como patrimônio cultural como possível ferramenta educacional libertadora.

Por fim, também não podemos esquecer de referenciar que a Capoeira também pode se apresentar como fonte mercantilista no presente momentos, o que a torna um elemento da cultura popular no Capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, P. **Capoeira Angola: Cultura Popular e o Jogo Dos Saberes Na Roda**. Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2005.

ADINOLFI, M. P. F. **Registro da Capoeira com Patrimônio Cultural do Brasil** (Parecer nº 031/08). Brasília : IPHAN, 2008.

BARROS, K. F. **Capoeira Na Educação Infantil: Teoria De Ensino E Atividades Práticas**. São Paulo, SP: Phorte, 2012.

BREGOLATO, R.A. **Cultura corporal do Jogo: Coleção Educação Física Escolar, no Princípio de Totalidade e na Concepção Histórico-Crítica-Social**. 4 ed. São Paulo, SP: Ícone EditoraLtda, 2005.

CAMPOS, H. **Capoeira Na Universidade: Uma Trajetória de Resistência**. Salvador: SCT, Edufba, 2001.

DORNELLES, A. T.D. **Monsueto, Nino e Churrasco: A Reconstrução Da História Dos Primeiros Mestres De Capoeira Em Solo Gaúcho**. 2011. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GOES, C. F. **Um Resgate Histórico Da Prática Da Capoeira Na Cidade de Santa Maria-RS**. 2011. 77f. Trabalho de Conclusão de Graduação (Monografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MOREIRA, R.; MOREIRA, N. **Capoeira Sua Origem e Sua Inserção no Contexto Escolar**. [S.I.]: Virtual Books, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com> Acesso em: nov. 2012.

NESTOR, C. **Capoeira Pequeno Manual Do Jogador**. 7ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.

NESTOR, C. **Capoeira O Galo já Cantou**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.

OLIVEIRA, J.S. **Capoeira Angola Na Bahia**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2003.

TAYLOR, C. (Org.) **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

VIEIRA, L. R. **Os Desafios Contemporâneos da Capoeira**. 14ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.